



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

PARECER

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 037/2026

Processo nº 893/2026

Autoria: Prefeito Rodrigo Lemos Borges

Ementa: Dispõe sobre autorização para abertura crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências.

I. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 037/2026 foi encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal com a finalidade de viabilizar a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, direcionado à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania.

Conforme se extrai dos autos, a proposição foi protocolizada em 01 de abril de 2026, seguindo o trâmite regular até sua inclusão na pauta da 9ª Sessão Ordinária do exercício, ocasião em que foi apresentada em plenário e remetida às comissões permanentes para análise.

A justificativa que acompanha o projeto evidencia que o crédito pretendido decorre de repasse financeiro oriundo de emenda parlamentar federal, vinculada a programa do Ministério do Desenvolvimento Social, destinado ao custeio de ações no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social. Trata-se, portanto, de recurso com destinação previamente estabelecida, cuja execução demanda adequação da estrutura orçamentária municipal.

A proposta prevê a criação de dotação específica no valor de R\$ 200.000,00, com indicação da origem dos recursos, vinculados a transferência intergovernamental já disponibilizada ao Município, conforme documentação constante dos autos, inclusive com deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Encaminhada a esta Comissão, a matéria passa à análise sob o enfoque da conformidade jurídica.

É o relatório.

II. VOTO DA PRESIDENTE:

Registra-se, de início, que o presente voto é proferido pela Presidente desta Comissão, tendo em vista a ausência da Relatora na reunião deliberativa,

Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro de Guarapari/ES CEP: 29.200-180



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 33003400370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

circunstância que ensejou a necessidade de manifestação direta para formação do entendimento do colegiado.

A proposição em análise apresenta natureza distinta daquela usualmente verificada nos créditos adicionais vinculados à correção de falhas internas do planejamento orçamentário. Aqui, o que se observa é a necessidade de internalização de recurso externo já destinado ao Município, cuja execução depende de autorização legislativa específica.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, a medida revela plena compatibilidade com o modelo federativo de cooperação, no qual transferências voluntárias e programadas entre entes públicos constituem instrumento legítimo de implementação de políticas públicas.

A utilização de emendas parlamentares federais para financiamento de ações locais, especialmente na área de assistência social, encontra respaldo no ordenamento jurídico e integra a dinâmica de descentralização administrativa.

A abertura do crédito, nesse contexto, não representa ampliação autônoma de despesa, mas sim adequação formal necessária para permitir a correta aplicação de recursos já vinculados a finalidade específica.

Essa característica distingue a proposta de iniciativas que poderiam impactar diretamente o equilíbrio fiscal, uma vez que o ingresso financeiro já se encontra assegurado.

Outro elemento que reforça a consistência da matéria reside na vinculação do recurso a programa previamente estruturado, com aprovação por instância de controle social, no caso, o Conselho Municipal de Assistência Social. Tal circunstância demonstra que a aplicação dos valores não se dá de forma discricionária, mas sim inserida em planejamento previamente validado.

No que concerne à iniciativa, a proposição foi corretamente apresentada pelo Poder Executivo, a quem compete a gestão orçamentária e a adequação das peças financeiras às necessidades administrativas, não havendo qualquer irregularidade nesse aspecto.

Sob o ponto de vista da redação, o texto normativo apresenta clareza quanto ao objeto, à destinação dos recursos e à sua origem, permitindo a compreensão imediata da finalidade da norma. A estrutura adotada é direta e funcional, sem inconsistências que possam comprometer sua aplicação.

Dessa forma, a proposição se mostra juridicamente adequada, alinhada aos parâmetros legais e constitucionais, e apta ao regular prosseguimento.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, manifesta-se **favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n.º 037/2026**, registrando que a Relatora estava ausente na reunião deliberativa.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 2026.

ROSANA PINHEIRO
PRESIDENTE

ANSELMO BIGOSSO
MEMBRO

